

ANO II - EDIÇÃO Nº 258 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 05 de abril de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 034/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR facultativo o ponto nos dias 12 e 13 de abril de 2017 (quarta e quinta-feira), no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Art. 2º FICAM preservados o funcionamento dos serviços essenciais, manifestações em processos de réu preso, audiências e serviços considerados urgentes.

PUBLIQUE – SE. CUMPRA – SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 3 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 035/2017

Estabelece o contingenciamento de despesas do orçamento anual para o exercício 2017, no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins e adota outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que são conferidas pelo artigo 17, incisos VIII, f, e XII, b e i, da Lei Complementar nº 51/2008; e

Considerando a frustração de receitas do Estado do Tocantins, que traz a necessidade da Administração Pública contingenciar os seus recursos;

Considerando o Decreto nº 5.612, de 30 de março de 2017, do Poder Executivo, que estabelece o contingenciamento de despesas do orçamento anual para o exercício de 2017, e adota outras providências,

Considerando a necessidade da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins de promover medidas que visem a contenção de despesas, em especial os gastos com pessoal e investimentos, a fim de ajustá-las ao fluxo financeiro da Fazenda Estadual, em face das restrições decorrentes da frustração de arrecadação;

Considerando a necessidade de manter a responsabilidade na gestão fiscal do Estado, que se dá, entre outras ações, com o

equilíbrio entre a receita e as despesas públicas;

RESOLVE:

Artigo 1º. Contingenciar as despesas do orçamento anual para o exercício de 2017, aprovado pela Lei 3.177, de 28 de dezembro de 2016, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme Anexo Único – Demonstrativo da Limitação de Despesas – art. 28 LDO 2017.

Artigo 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 03 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO ÚNICO

Demonstrativo da Limitação de Despesas – art. 28 LDO 2017.

Tabela 1 – Valores contingenciados

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - UO	FUNTE	NATUREZA DA DESPESA	PLANO INTERNO – PI	VALOR (R\$)
070100	0100	3.3.1.90.11	228901	1.955.582,40
070100	0100	3.3.3.90.13	228901	488.895,60
TOTAL				2.444.478,00

Tabela 2 – Valores contingenciados

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - UO	FUNTE	NATUREZA DA DESPESA	PLANO INTERNO – PI	VALOR (R\$)
080500	0104	3.4.4.90.52	307501	2.491,00
TOTAL				2.491,00

PORTARIA Nº 220/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008 e Art.127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a importância do "Projeto Nacional das Audiências de Custódia", que incorpora à legislação a obrigatoriedade de apresentação da pessoa presa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, consubstanciado na realização de audiência logo após a prisão;

CONSIDERANDO que o "Projeto Nacional das Audiências de Custódia" também busca a concretização de um mecanismo de controle da legalidade e necessidade da prisão em flagrante, permitindo aferir eventual afronta aos direitos da pessoa presa, inclusive prevenção e combate à tortura;

CONSIDERANDO à realidade das mais diversas Promotorias de Justiça, e com o propósito de assegurar tratamento

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

uniforme e isonômico aos presos de todas as unidades judiciárias;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça WERUSKA REZENDE FUSO PRUDENTE para atuar nas audiências de custódia da Comarca de Palmas – TO, no dia 06 de abril de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 03 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 221/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça em exercício na 7ª Promotoria de Justiça da Capital para atuar nos Autos do TCO nº 0004810-98.2017.827.0000, até seus ulteriores termos, inclusive oferecendo proposta de transação penal na audiência a ser designada pelo Juízo do Juizado Especial Criminal de Palmas - Região Central.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 222/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar nº 51/08; considerando o Edital nº 22/2013 – MPE/TO, de 20 de dezembro de 2013, Resultado final do concurso público realizado pelo Ministério Público do Estado do Tocantins para o cargo de Promotor de Justiça Substituto, o qual foi prorrogado nos termos da Portaria nº 833/2015;

CONSIDERANDO a ordem de classificação dos candidatos qualificados como pessoas com deficiência e os da ampla concorrência;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 5 de abril de 2017, em caráter efetivo, para provimento do cargo de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado do Tocantins, os seguintes candidatos:

I - ANTON KLAUS MATHEUS MORAIS TAVARES (PCD)
- CPF Nº 021.244.729-76;

II - LARYSSA SANTOS MACHADO FILGUEIRA, CPF Nº 001.307.411-32;

III - ANDRE HENRIQUE OLIVEIRA LEITE, CPF Nº 908.465.831-00;

IV - CELEM GUIMARAES GUERRA JUNIOR, CPF Nº

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 4 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 223/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação à servidora ZENAIDE AIRES DOS SANTOS, Técnico Ministerial, Matrícula nº 104610, no Cartório de Registro, Distribuição e Diligência da 1ª Instância; a partir de 5 de abril de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 4 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

ATO CHGAB/DG Nº 007/2017

Homologa o resultado da Progressão Funcional Horizontal de servidor(es) efetivo(s) do Ministério Público do Estado do Tocantins aprovado(s) no Estágio Probatório.

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 033, de 3 de abril de 2017, tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 2.580, de 3 de maio de 2012, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

RESOLVEM:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Progressão Funcional de servidor(es) efetivo(s) do Ministério Público do Estado do Tocantins nominado(s) em anexo, aprovado(s) no Estágio Probatório, progredido(s) horizontalmente para o padrão subsequente da classe, conforme disposto no anexo único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de abril de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete
P.G.J

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J.

ANEXO ÚNICO AO ATO CHGAB/DG Nº 007/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017

RESULTADO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

MAT.	SERVIDOR	CARGO	EXERCÍCIO	ESTABILIZAÇÃO	CLASSE ANT.	CLASSE PADRÃO ATUAL
123814	Alessandra Kelly Fonseca Dantas	Analista Ministerial	17/03/2014	17/03/2017	HA1	HA2

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

TERMO DE POSSE

Aos três dias do mês de abril de dois mil e dezessete (03.04.2017), reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça, em Sessão Solene, para o fim de conferir posse ao DR. MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA no cargo de Membro do Conselho Superior do Ministério Público, eleito pelos Procuradores de Justiça, para mandato de 2 (dois) anos, em conformidade com o artigo 20, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº. 51/2008.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palmas, 3 de abril de 2017.

Marco Antonio Alves Bezerra Empossado	Clenan Renaut de Melo Pereira Presidente
Leila da Costa Vilela Magalhães	José Omar de Almeida Júnior
Alcir Raineri Filho	Vera Nilva Alves Rocha Lira
João Rodrigues Filho	José Demóstenes de Abreu
Ricardo Vicente da Silva	Elaine Maciano Pires
José Maria da Silva Júnior	Jacqueline Borges Silva Tomas

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATO CSMP Nº 002/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de inscrição ao Edital nº. 373, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 245, em 17/03/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de 4º Promotor de Justiça de Porto Nacional, pelo critério de Antiquidade, dos candidatos Abel Andrade Leal Júnior, Argemiro Ferreira dos Santos Neto, Breno de Oliveira Simonassi, Cristian Monteiro Melo, Daniel José de Oliveira Almeida, Décio Gueirado Júnior, Eurico Greco Puppio, Jacqueline Orefino da Silva Zago de Oliveira, Luiz Antonio Francisco Pinto, Márcia Mirele Stefanello Valente, Pedro Evandro de Vicente Rufato, Rafael Pinto Alamy, Rodrigo Barbosa Garcia Vargas, Rodrigo Grisi Nunes, Sidney Fiori Júnior e Thais Cairo Souza Lopes, para Remoção; e Bartira Silva Quintero e Caleb de Melo Filho, para Promoção.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 03 de abril de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 003/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de inscrição ao Edital nº. 374, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 245, em 17/03/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de 6º Promotor de Justiça de Porto Nacional, pelo critério de Merecimento, dos candidatos Abel Andrade Leal Júnior, Argemiro Ferreira dos Santos Neto, Breno de Oliveira Simonassi, Daniel José de Oliveira Almeida, Décio Gueirado Júnior, Diego Nardo, Eurico Greco Puppio, Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira, Juan Rodrigo Carneiro Aguirre, Luiz Antonio Francisco Pinto, Marcelo Lima Nunes, Márcia Mirele Stefanello Valente, Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira, Pedro Evandro de Vicente Rufato, Rafael Pinto Alamy, Rodrigo Grisi Nunes, Sidney Fiori Júnior e Thais Cairo Souza Lopes, para Remoção; e Bartira Silva Quinteiro e Caleb de Melo Filho, para Promoção.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 3 de abril de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 004/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de inscrição ao Edital nº. 257, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 245, em 17/03/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de 2º Promotor de Justiça de Augustinópolis, pelo critério de Merecimento, do candidato Caleb de Melo Filho, para Remoção.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 3 de abril de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 005/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de inscrição

ao Edital nº. 258, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 245, em 17/03/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de 2º Promotor de Justiça de Miranorte, pelo critério de Antiguidade, dos candidatos Bartira Silva Quinteiro, Caleb de Melo Filho, Elizon de Sousa Medrado, Francisco José Pinheiro Brandes Júnior e Rodrigo Alves Barcellos, para Remoção.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 3 de abril de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 006/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de inscrição ao Edital nº. 260, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 245, em 17/03/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de Promotor de Justiça de Alvorada, pelo critério de Antiguidade, do candidato Adailton Saraiva Silva, para Remoção.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 3 de abril de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 007/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de inscrição ao Edital nº. 171, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 245, em 17/03/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de Promotor de Justiça de Aurora do Tocantins, pelo critério de Antiguidade, da candidata Ruth Araújo Viana, para Promoção.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 3 de abril de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 008/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de inscrição ao Edital nº. 173, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 245, em 17/03/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de Promotor de Justiça de Axixá do Tocantins, pelo critério de Antiguidade, da candidata Ruth Araújo Viana, para Promoção.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 3 de abril de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 009/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO o pedido de inscrição ao Edital nº. 174, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 245, em 17/03/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de Promotor de Justiça de Ponte Alta do Tocantins, pelo critério de Merecimento, do candidato Leonardo Valério Pulis Ateniense, para Promoção.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 3 de abril de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 010/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de inscrição ao Edital nº. 175, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 245, em 17/03/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de Promotor de Justiça de Araguacema, pelo critério de Antiguidade, das candidatas Priscilla Karla Stival Ferreira e Ruth Araújo Viana, para Promoção.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio

do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 3 de abril de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 011/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de inscrição ao Edital nº. 176, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 245, em 17/03/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de Promotor de Justiça de Figueirópolis, pelo critério de Merecimento, dos candidatos Leonardo Valério Pulis Ateniense e Priscilla Karla Stival Ferreira, para Promoção.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 3 de abril de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 012/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de inscrição ao Edital nº. 177, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 245, em 17/03/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de Promotor de Justiça de Wanderlândia, pelo critério de Antiguidade, das candidatas Priscilla Karla Stival Ferreira e Ruth Araújo Viana, para Promoção.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 3 de abril de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

ATO CSMP Nº 013/2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de

suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de inscrição ao Edital nº. 178, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 245, em 17/03/2017, para Remoção/Promoção ao cargo de Promotor de Justiça de Almas, pelo critério de Merecimento, dos candidatos Leonardo Valério Pulis Ateniense e Priscilla Karla Stival Ferreira, para Promoção.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 3 de abril de 2017.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Presidente do CSMP/TO

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA de ADITAMENTO Nº.: 001/2017

FUNDAMENTOS: Artigos 9º, 10, 11, da Lei 8.429/92

ORIGEM: Autos nº 2016.3.29.09.0189

FATOS EM APURAÇÃO: Aditar a Portaria nº 088/2016-9ª PJC para inserir o seguinte objeto: apurar a suposta vulnerabilidade do sistema de TI – Tecnologia de Informação do DETRAN-TO - Departamento de Trânsito do Estado do Tocantins, por intermédio do Sistema de Processamento e Registro de Dados denominado DetranNet-TO, por permitir, em tese, o cometimento de fraudes e irregularidades consubstanciadas nas isenções, cancelamentos e baixas em taxas e infrações de trânsito sem o respectivo pagamento, além de ser inaudível, não proporcionando confiabilidade, integridade e disponibilidade dos dados gerados, o que pode ocasionar vultosa lesão material ao patrimônio público estadual, com possível violação aos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e eficiência, previsto no art. 37, caput, do da Constituição Federal;

INVESTIGADOS: eventuais servidores públicos lotados no Departamento de Trânsito do Estado do Tocantins - DETRAN-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 30 de março de 2017.

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 006/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 010/2017

INVESTIGANTE: 7.ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO
ÁREA DE ATUAÇÃO: Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo, Falências, Concordatas e Precatórios
FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Termo de declaração.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Meio Ambiente. Poluição.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar suposta aplicação direcionada de veneno no combate a mosquitos pelos agentes de saúde e combate a endemias com intuito de intoxicar abelhas e a intoxicação destas com o polem da flor de Nim que foi plantada pela administração Municipal nos canteiros e avenidas da cidade.

REPRESENTANTE: José Neuto Souto.

REPRESENTADO: Município de Gurupi-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 28 de março de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 28/03/2018

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 11/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 12/2017

INVESTIGANTE: Roberto Freitas Garcia, 8º Promotor de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, inciso I, e 4º, inciso VI, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP; 3º, inciso I, e 10, inciso VII, da Resolução n.º 003/2008, do CSMP/TO.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Ofício nº 067/2017 - 7ªPJC

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar eventual ilegalidade e dano ao erário, decorrentes da desapropriação amigável do imóvel rural Área 1, Parte da Fazenda Nenê Alves, com área de 64,5333ha, matriculado sob nº 28594, no Cartório de Registros de Imóveis de Gurupi/TO, em 24.01.2006, e posterior doação deste, pelo Município de Gurupi/TO, a empresa Sistema de Produção Integrada Agropecuária do Tocantins Ltda, em 15.07.2008

REPRESENTANTE: 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

REPRESENTADO: Município de Gurupi/TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 31/03/2017

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 30/03/2018

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 12/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 13/2017

INVESTIGANTE: 8.ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Tutela Coletiva – Patrimônio Público

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º,

da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 14/2017

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostos atos de improbidade administrativa, perpetrados por integrantes da direção e coordenação da Escola Positivo, em Gurupi-TO, conveniada com o Estado do Tocantins, aí incluído o senhor diretor José Marques Neto, caracterizadores de abuso de autoridade e ofensivos aos princípios da moralidade e impessoalidade.

REPRESENTANTE: Maria Antônia Rodrigues Bessa

REPRESENTADO: José Marques Neto e outros.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 31 de março de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 28/03/2018.

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º: 005/2017

INVESTIGANTE: Vinicius de Oliveira e Silva

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: NF 067/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: Contratações pelo prefeito de Oliveira de Fátima Gesiel Orcelino dos Santos da Empresa G & V, a qual pertence ao servidor público do mesmo município, Gleucio D. da Silva

INVESTIGADO (S): Gesiel Orcelino dos Santos/ empresa G & V/ Gleucio D. da Silva

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 29 de março de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AUGUSTINÓPOLIS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 001/2017 - MPPJAug.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA N.º 009/2017

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Augustinópolis/TO

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25,

inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no 8.625/93; artigos 6º e 8º,

§ 1º, da Lei no 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no 51/08.

ORIGEM: Denúncia de empresário, dando conta que o pregoeiro do Município de Praia Norte estaria se recusando fornecer Edital do Pregão Presencial nº 012/2017.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar prática de lesão ao erário por fraude no processo de licitação Pregão Presencial nº 012/2017.

INVESTIGADO: Ho-Chi-Min Silva de Araújo

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Augustinópolis/TO, 17/03/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 003/2017

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA N.º 011/2017

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Augustinópolis/TO

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25,

inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no 8.625/93; artigos 6º e 8º,

§ 1º, da Lei no 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no 51/08.

ORIGEM: Relatório de transição e levantamento patrimonial do Município de São Sebastião do Tocantins.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar prática de supostos atos de improbidade constatados por meio do relatório de transição e levantamento patrimonial.

INVESTIGADO: Edvaldo Pereira Barboza

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Augustinópolis/TO, 23/03/2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 018/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Peça de Informação nº 001/2011.

FATOS EM APURAÇÃO: Possíveis atos de improbidade administrativa (art. 11 da lei nº 8.429/90), quais sejam: a) utilização irregular de veículo locado ao Município (camionete L-200 triton) para uso particular das filhas do prefeito; b) locação irregular de dois veículos pertencentes a irmãos do prefeito ou laranjas, sendo uma camionete D-20, placa GMO8787 e um micro-ônibus.

INTERESSADOS: Município de Itaporã/TO; Jonas Carrilho Rosa.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colméia/TO, 22 de abril de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 021/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Procedimento nº 007/2011

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar a regularidade de destinação final dos resíduos sólidos produzidos no Município de Couto Magalhães/TO, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação e elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do

Município.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 04/05/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 024/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Processo 2011/36298

FATOS EM APURAÇÃO: Simulações de contratações da empresa Oliveira Galdino LTDA. para pagamento por obras realizadas pela própria Prefeitura do Município de Goianorte com servidores e recursos próprios.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Goiatins/TO, 12 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 026/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Procedimento Administrativo nº 006/2011

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar a regularidade da destinação final dos resíduos sólidos produzidos no Município de Itaporã do Tocantins/TO, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município.

INTERESSADOS: Município de Itaporã do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 04/06/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 031/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Procedimento Administrativo Preparatório nº 011/2010

FATOS EM APURAÇÃO: Atos de desvios de verbas públicas para outros fins, dentre elas abastecimento de veículos não oficiais.

INVESTIGADOS: Município de Peçuzeiro.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colméia/TO, 03 de maio de 2016.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACAJÁ

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração

do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 05/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO;

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: Acórdão nº 237/2008 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;

FATO EM APURAÇÃO: prática de ato de improbidade administrativa e verificação da possibilidade de quantificação e ressarcimento ao erário decorrente de irregularidade nas contas de ordenador de despesas de Itacajá-TO, referente ao exercício de 1998-2001;

INVESTIGADO: Antão Alves Costa;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá - TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 06 /2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO;

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: Acórdão nº 236/2008 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;

FATO EM APURAÇÃO: prática de ato de improbidade administrativa e verificação da possibilidade de quantificação e ressarcimento ao erário decorrente de irregularidade nas contas de ordenador de despesas do ex- prefeito de Itapiratins-TO, referente ao exercício de 1997-2000;

INVESTIGADO: Raimundo Coelho de Souza;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá - TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 07 /2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO;

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

ORIGEM: Acórdão nº 460/2008 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;

FATO EM APURAÇÃO: prática de ato de improbidade administrativa e verificação da possibilidade de quantificação e ressarcimento ao erário decorrente de irregularidade nas contas de ordenador de despesas de Itacajá-TO, referente ao exercício de 2006;

INVESTIGADO: Manoel de Souza Pinheiro;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá - TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 08/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO;
 FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
 ORIGEM: Acórdão nº 493/2009 e Parecer Prévio nº 015/2009, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;
 FATO EM APURAÇÃO: suposta prática de ato de improbidade administrativa e possível ressarcimento ao erário decorrente de irregularidade nas contas de ordenador de despesas do ex- prefeito de Itacajá-TO, referente ao exercício de 2007;
 INVESTIGADO: Manoel de Souza Pinheiro e outros;
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá - TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 10/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
 FUNDAMENTOS: art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, “a”, e art. 32, II, da Lei 8.625/93;
 ORIGEM: Termo de Declarações formulada por N.M.D
 FATO EM APURAÇÃO: apurar situação de risco vivida pela adolescente N.M.D;
 INVESTIGADO: Geraldo de Tal e Maria de Fátima Martins Damascena
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 11/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
 FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
 ORIGEM: Convênio nº 014/2010 - “Programa Cheque Moradia” no período de 2010 – Município de Centenário;
 FATO EM APURAÇÃO: possíveis irregularidades na utilização do Cheque Moradia com contrapartida do Programa Subsídio à Habitação de Interesse Social PSH junto ao Município de Centenário-TO, referente ao Convênio nº 014/2010;
 INVESTIGADO: Município de Centenário-TO;
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 12/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
 FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
 ORIGEM: acórdão nº 155/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;
 FATO EM APURAÇÃO: suposta prática de atos de improbidade administrativa pelo então ordenador de despesas do Serviço Municipal de Água e Esgoto de Itacajá- SEMAE Manoel de Souza Pinheiro;
 INVESTIGADO: Manoel de Souza Pinheiro;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá - TO, 15 de fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 13 /2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
 FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
 ORIGEM: Acórdão 306/2008 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;
 FATO EM APURAÇÃO: suposta prática de atos de improbidade administrativa pelo ex-prefeito de Recursolândia/TO, Antônio Tavares de Sales, mormente no que tange as irregularidades nas prestações de contas;
 INVESTIGADO: Antônio Tavares de Sales;
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 14/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
 FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
 ORIGEM: acórdão nº 462/2008 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;
 FATO EM APURAÇÃO: suposta prática de atos de improbidade administrativa pelo ex-prefeito de Centenário/TO, Antônio dos Reis da Silva Figueredo, mormente no que tange as irregularidades nas prestações de contas;
 INVESTIGADO: Antônio dos Reis da Silva Figueredo;
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 15/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
 FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
 ORIGEM: acórdão nº 514/2008 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;
 FATO EM APURAÇÃO: irregularidades na prestação de contas do ex-prefeito de Itacajá- TO, Antão Alves Costa;
 INVESTIGADO: Antão Alves Costa;
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente

ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado
PORTARIA N.º 16/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
ORIGEM: relatório de vistoria elaborado pelo centro de apoio operacional do meio ambiente – CAOMA ;
FATO EM APURAÇÃO: apuração de possíveis irregularidades no sistema de descarte e eliminação de resíduos do município de Itapiratins-TO;
INVESTIGADO: Município de Itapiratins-TO;
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado
PORTARIA N.º 17/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
ORIGEM: Notícia de Fato nº 2013/23922;
FATO EM APURAÇÃO: apuração de irregularidades no licenciamento ambiental da empresa Cerâmica Dois Irmãos de Itacajá;
INVESTIGADO: empresa Cerâmica Dois Irmãos de Itacajá/TO;
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado
PORTARIA N.º 18/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
ORIGEM: Notícia de Fato nº 2013/23962
FATO EM APURAÇÃO: omissão do Município de Centenário no que diz respeito à adesão ao Programa de Requalificação de Unidade Básica de Saúde, para construção, reforma e ampliação da unidade de saúde;
INVESTIGADO: Município de Centenário-TO;
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado
PORTARIA N.º 19/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
ORIGEM: Denúncia WEB6468, campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”;
FATO EM APURAÇÃO: irregularidades em contrato firmado entre a empresa MELLO PAPELARIA E COPIADORA LTDA, e o Município de Itacajá-TO;
INVESTIGADO: Mello Papelaria e Copiadora LTDA e Prefeitura de Itacajá;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado
PORTARIA N.º 20/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
FUNDAMENTOS: art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, “a”, e art. 32, II, da Lei 8.625/93;
ORIGEM: Notícia de Fato nº 35/2016;
FATO EM APURAÇÃO: apurar situação de risco vivida pela adolescente V.B.S.
INVESTIGADO: Iris Dias Botelho e João Batista Pereira da Silva
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado
PORTARIA N.º 21/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
ORIGEM: Notícias de Fato nº 42/2015, 01/2016e 02/2015
FATO EM APURAÇÃO: verificação da adequação do sistema de descarte e eliminação de resíduos sólidos de Itacajá/TO com as normas legais, bem como apuração de responsabilidade por licenciamento ambiental concedido sem a observância da legislação;
INVESTIGADO: Município de Itacajá-TO;
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 27 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado
PORTARIA N.º 22/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
FUNDAMENTOS: art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, “a”, e art. 32, II, da Lei 8.625/93;
ORIGEM: Termo de Declarações formulada por MARIA INÁCIA DOS SANTOS SILVA
FATO EM APURAÇÃO: apurar possível irregularidade na execução do Contrato nº 10225680, celebrado segundo a normas do Programa Minha Casa Minha Vida;
INVESTIGADO: Município de Itacajá-TO
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 27 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado
PORTARIA N.º 23/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; ORIGEM: acórdão nº 505/2008 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;

FATO EM APURAÇÃO: irregularidades na contratação das empresas CONSTRUTORA CRISTAL LTDA, COS CONSTRUTORA LTDA, DISTRIBUIDORA DE CAMINHÕES LTDA e AZI FERNANDES pela Prefeitura Municipal de Recursolândia-TO, especificamente no que tange aos apontamentos realizados no Acórdão nº 505/2008 TCE/TO INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de Recursolândia-TO, CONSTRUTORA CRISTAL LTDA, COS CONSTRUTORA LTDA, DISTRIBUIDORA DE CAMINHÕES LTDA e AZI FERNANDES; LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 27 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 24/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; ORIGEM: Notícia de Fato nº 07/2016;

FATO EM APURAÇÃO: causas e apontar soluções para a ineficiência da Delegacia de Polícia de Itacajá-TO, mormente no que tange à inércia em cumprir as requisições ministeriais, bem como o atendimento prestado à comunidade local.

INVESTIGADO: Secretaria de Segurança Pública e Marco Aurélio Barbosa Lima;;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 27 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 25 /2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 44/2015;

FATO EM APURAÇÃO: apuração de irregularidades no sistema de descarte e eliminação de resíduos do município de Centenário-TO;

INVESTIGADO: Município de Centenário-TO;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 26/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; ORIGEM: Notícia de Fato nº 2013/23959;

FATO EM APURAÇÃO: para apuração de prática de ato de improbidade administrativa e possível ressarcimento ao erário decorrente de irregularidade nos contratos de locação de veículos entre os anos de 2005 a 2012 junto ao município de Itacajá-TO, firmados pelo então representante MANOEL DE SOUZA PINHEIRO (ex-prefeito);

INVESTIGADO: Município de Itacajá-TO e Manoel de Souza Pinheiro (ex-prefeito);

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça oficiantes, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 27/2017.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 01/2016.

FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidades no cumprimento de carga horária dos profissionais da saúde do município de Itapiratins-TO.

INVESTIGADO(S): Márcio Pinheiro Rodrigues (Prefeito Municipal de Itapiratins-TO) e Renato Azevedo Souza (Secretário Municipal de Saúde – Itapiratins-TO);

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 28 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 28/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; ORIGEM: acórdão nº 155/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;

FATO EM APURAÇÃO: prática de atos de improbidade administrativa pelo então ordenador de despesas do Serviço Municipal de Água e Esgoto de Itacajá- SEMAE, RAIMUNDO MARIO ROCHA DA CRUZ;

INVESTIGADO: Manoel de Souza Pinheiro;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 28 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 29/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, “a”, e art. 32, II, da Lei 8.625/93; ORIGEM: Notícia de Fato nº 61/2015;

FATO EM APURAÇÃO: apurar situação de risco do idoso Manoel Lima da Silva;

INVESTIGADO: Marina Gomes da Silva;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 28 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 32/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
 FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
 ORIGEM: Notícias de Fato nº 07/2015, 19/2015, 20/2015 e 20/2016
 FATO EM APURAÇÃO: apurar a concessão irregular de diárias pela Prefeitura Municipal de Recursolândia, no período de 2013 a 2015, a Francisco Alves da Silva, Karoline Martins Carmo e José Luis da Silva, bem como a utilização para fins particulares, por Francisco Alves da Silva, do veículo oficial "Ford Ranger" placa MWY 1820, em agosto de 2014.
 INVESTIGADO: Município de Recursolândia/TO, Francisco Alves da Silva, Karoline Martins Carmo e José Luis da Silva.
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 27 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 33/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
 FUNDAMENTOS: art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, "a", e art. 32, II, da Lei 8.625/93;
 ORIGEM: ICP nº 1.36.000.001245/2012-98, autuado no dia 11/12/2012, oriundo do Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Estado do Tocantins;
 FATO EM APURAÇÃO: aferir a conformidade das ações de serviços da Atenção Básica do município de Itapiratins-TO, objetivando sanar irregularidades e, se for o caso, promover as devidas responsabilizações.

INVESTIGADO: Município de Itapiratins-TO e Secretaria Municipal de Saúde;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá - TO, 27 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 34/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
 FUNDAMENTOS: art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, "a", e art. 32, II, da Lei 8.625/93;
 ORIGEM: Inquérito Civil Público 1.36.000.001147/2012-51, autuado no dia 05/12/2012, oriundo do Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Estado do Tocantins;
 FATO EM APURAÇÃO: aferir a conformidade das ações de serviços da Atenção Básica do município de Itacajá-TO, objetivando sanar irregularidades e, se for o caso, promover as devidas responsabilizações.

INVESTIGADO: Município de Itacajá-TO e Secretaria Municipal de Saúde;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá - TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 35/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
 FUNDAMENTOS: art. 127, caput, cc com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, "a", e art. 32, II, da Lei 8.625/93;
 ORIGEM: ICP nº 1.36.000.001268/2012-01, autuado no dia 12/12/2012, oriundo do Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Estado do Tocantins;
 FATO EM APURAÇÃO: aferir a conformidade das ações de serviços da Atenção Básica do município de Recursolândia-TO, objetivando sanar irregularidades e, se for o caso, promover as devidas responsabilizações;
 INVESTIGADO: Município de Recursolândia-TO e Secretaria Municipal de Saúde;
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá - TO, 24 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 36/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
 FUNDAMENTOS: art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, "a", e art. 32, II, da Lei 8.625/93;
 ORIGEM: Inquérito Civil Público 1.36.000.001282/2012-04, autuado no dia 12/12/2012, oriundo do Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Estado do Tocantins;

FATO EM APURAÇÃO: aferir a conformidade das ações de serviços da Atenção Básica do município de Centenário-TO, objetivando sanar irregularidades e, se for o caso, promover as devidas responsabilizações.

INVESTIGADO: Município de Centenário-TO e Secretaria Municipal de Saúde;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá - TO, 27 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 37/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
 FUNDAMENTOS: art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, "a", e art. 32, II, da Lei 8.625/93;
 ORIGEM: Termo de Declarações formulada por MARIA RAIMUNDA COSTA;

FATO EM APURAÇÃO: apurar as razões pelas quais MARIA RAIMUNDA COSTA, beneficiária do convênio nº 2394006, não recebeu o imóvel, apesar de constar o seu nome como beneficiária em todos os documentos pertinentes, bem como quem deu causa a tal situação.

INVESTIGADO: Centenário-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 28 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 38/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO

FUNDAMENTOS: art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, "a", e art. 32, II, da Lei 8.625/93;
ORIGEM: Termo de Declarações formulada por SEBASTIANA COSTA CONCEIÇÃO;
FATO EM APURAÇÃO: apurar as razões pelas quais SEBASTIANA COSTA CONCEIÇÃO, beneficiária do convênio nº 2394006, não recebeu o imóvel, apesar de constar o seu nome como beneficiária em todos os documentos pertinentes, bem como quem deu causa a tal situação.
INVESTIGADO: Município de Centenário-TO
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 28 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.
PORTARIA N.º 39/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
ORIGEM: Notícias de Fato nº 09/2015 010/2015, 011/2015, 012/2015, 013/2015 e 2013/23952;
FATO EM APURAÇÃO: apurar irregularidades nos procedimentos licitatórios promovidos pela Prefeitura Municipal de Recursolândia que culminaram com a formalização de diversos contratos com a empresa CONSTRUTORA CRISTAL LTDA;
INVESTIGADO: Município de Recursolândia/TO
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 27 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.
PORTARIA N.º 40/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
ORIGEM: Notícias de Fato nº 19/2016, 16/2015 e 17/2015
FATO EM APURAÇÃO: apurar irregularidades na contratação da empresa DUDA TRANSPORTES & TURISMO LTDA – ME pela Prefeitura Municipal de Recursolândia para a prestação de serviços de coleta e transporte de lixo urbano e transporte escolar rural no ano de 2014.
INVESTIGADO: Município de Recursolândia/TO, DUDA TRANSPORTES & TURISMO LTDA – ME
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 27 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.
PORTARIA N.º 41/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
ORIGEM: Notícias de fato nº 14/2015 e 15/2015
FATO EM APURAÇÃO: apurar superfaturamento e outras irregularidades na aquisição de material de expediente por parte da Prefeitura Municipal de Recursolândia no ano de 2013 e 2014,

especificamente no que tange aos contratos firmados com as empresas F.A.B. Santos e Almeida e Azevedo Ltda – ME.
INVESTIGADO: Município de Recursolândia/TO, F.A.B. Santos e Almeida & Azevedo Ltda – ME.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 27 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.
PORTARIA N.º 42/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá – TO
FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;
ORIGEM: Notícia de fato nº 21/2015
FATO EM APURAÇÃO: apurar fraude e superfaturamento na aquisição de medicamentos por parte da Prefeitura Municipal de Recursolândia no ano de 2013 e 2014, especificamente no que tange aos contratos formalizados com a empresa PROFARM – COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA;
INVESTIGADO: Município de Recursolândia/TO e PROFARM – COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 27 de março de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTE ALTA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):
PORTARIA N.: 19/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO
FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.
ORIGEM: Procedimento Preparatória nº 001/2016 da Promotoria de Justiça de Porto Nacional.
FATOS EM APURAÇÃO: Investigar suposta situação de risco envolvendo o menor Marivaldo Dias de Sousa, filho de Maria Ziló Rodrigues de Sousa, o qual encontra-se convivendo com sua avó, Alzira Rodrigues de Amorim, na cidade de Ponte Alta do Tocantins.
INVESTIGADOS: Maria Ziló Rodrigues de Sousa; Alzira Rodrigues de Amorim e outros.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 24 de fevereiro de 2017



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil